O problema e a resposta de Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma transferência em blockchain não pode ser revertida pelo remetente, pelo banco do destinatário nem por um tribunal. Uma vez confirmada a transação, as únicas formas de desfazer seus efeitos são convencer o destinatário a devolver os ativos ou obter uma ordem contra o destinatário ou contra quem agora detém os ativos ou o produto deles. Singapura tornou-se uma das jurisdições mais eficazes para o segundo caminho, por três razões. Seus tribunais concedem com rapidez medidas cautelares reais (proprietary injunctions) e de congelamento (freezing orders), inclusive contra réus que não podem ser identificados pelo nome. Várias das maiores exchanges têm operações em Singapura, contra as quais podem ser expedidas ordens de exibição de informações. E os tribunais reconheceram que criptoativos são bens (property), de modo que todo o instrumental da equity, com o constructive trust e o rastreamento (tracing), está disponível. Este capítulo apresenta esse instrumental na ordem em que o profissional o utiliza, desde as primeiras horas após a perda até a execução da sentença final.

Os casos se dividem em quatro padrões fáticos. O primeiro é o furto por um terceiro que obtém a chave privada, como em *CLM v CLN*, em que o ladrão descobriu a combinação do cofre do titular.[1] O segundo é a apropriação indevida por alguém de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

dentro, com acesso ao sistema que controla as transferências, como em *ByBit v Ho Kai Xin*.[2] O terceiro é a transferência induzida, em que a vítima envia ativos voluntariamente a um fraudador que se passa por plataforma de investimento, parceiro romântico ou autoridade fiscal. O quarto é a transferência por engano para o endereço errado ou no valor errado, que não envolve desonestidade alguma. Os fundamentos da ação variam entre os quatro, mas as medidas cautelares e o exercício de rastreamento são praticamente os mesmos.

Notas

1. *CLM v CLN and others* [2022] SGHC 46, parágrafos [17]–[20]. ↩
2. *ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin and others* [2023] SGHC 199, parágrafos [7]–[12]. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.